

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O PAPEL DO ESTUDANTE APOIADOR E DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Viviane dos Santos Barreto Diniz
Sátilla Souza Ribeiro

Resumo: Este trabalho aborda os desafios da inclusão de estudantes surdos na Educação Superior, com foco na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). São discutidos os aspectos legais e políticas públicas que garantem o acesso e permanência desses estudantes, destacando a atuação do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI) e do estudante apoiador. A pesquisa explora estratégias didáticas eficazes que contribuem para a inclusão dos surdos, considerando suas especificidades linguísticas e culturais. Também ressalta a importância de uma formação continuada dos docentes, a atuação dos intérpretes de Libras e o papel central do estudante apoiador na mediação pedagógica. Conclui-se que, para uma inclusão plena, é essencial ir além da infraestrutura, proporcionando recursos pedagógicos adequados e sensibilização da comunidade acadêmica.

Palavras chave: Inclusão de surdos. Permanência estudantil. Políticas de acessibilidade.

CHALLENGES AND STRATEGIES FOR INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN HIGHER EDUCATION: THE ROLE OF STUDENT SUPPORT AND INSTITUTIONAL POLICIES

Abstract: This paper addresses the challenges of including deaf students in higher education, focusing on the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB). The paper discusses the legal aspects and public policies that guarantee the access and retention of these students, highlighting the role of the Center for Inclusion Policies (NUPI) and the student supporter. The research explores effective teaching strategies that contribute to the academic success of deaf students, considering their linguistic and cultural specificities. It also highlights the importance of ongoing training for teachers, the role of Libras interpreters, and the central role of the student supporter in pedagogical mediation. It is concluded that, for full inclusion, it is essential to go beyond infrastructure, providing adequate pedagogical resources and raising awareness among the academic community.

Keywords: Inclusion of deaf people. Student retention. Accessibility policies.

Introdução

A educação inclusiva tem sido um desafio para as instituições em todos os níveis de ensino, tem gerado discussões nos espaços educacionais no Brasil e no mundo. Portanto, tem motivado várias pesquisas voltadas para o acesso e a permanência de pessoas com deficiência.

As políticas públicas têm proporcionado a inclusão de pessoas surdas no Ensino Superior. De acordo com Silva (2021), a inclusão vai além do acesso e da permanência, deve-se levar em consideração as potencialidades do estudante, respeitando assim suas diferenças.

Assim, objetivamos neste artigo analisar os desafios e estratégias de inclusão de estudantes surdos na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com foco na atuação do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI) da UFRB e dos estudantes apoiadores, identificando as principais práticas didáticas e recursos institucionais que promovem o sucesso acadêmico desses estudantes, além de discutir a formação dos docentes e o papel dos intérpretes de Libras na mediação pedagógica.

Este trabalho discutirá, de acordo com os autores, (i) como se dá o acesso e a permanência na Educação Superior, (ii) as estratégias didáticas que favorecem a permanência e (iii) a importância da atuação do estudante apoiador do NUPI, para o sucesso acadêmico do discente surdo na UFRB.

O acesso e permanência de estudantes surdos na educação superior

O Art. 205 da Constituição Brasileira diz que a “educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”. O Art. 206, inciso 1 indica a necessidade de uma educação com condições iguais de acesso e permanência (Brasil, 1988). Neste sentido, a partir da Constituição, destaca-se a importância da inclusão na educação brasileira, onde no Art.208, inciso III diz que dentre os direitos pontua-se o atendimento educacional voltado às pessoas com deficiência (Brasil, 1988). Para além de uma educação especializada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e a Lei nº 9.394/1996 estabelecem condições de igualdade no acesso e permanência nas escolas (Brasil, 1996).

A educação inclusiva se expandiu no ensino superior com normativos legais como o Aviso circular n° 277/1996, encaminhado pelo Ministério da Educação (MEC) para as Instituições de Educação Superior (IES), solicita a execução da política pública destinada às pessoas com necessidades especiais (Brasil, 1996). Este documento traz sugestões que garantem o acesso e a permanência desses educandos com adequação no processo de seleção, contemporizando assim nas atividades educacionais e ressaltando a preocupação com a infraestrutura institucional. No entanto, cabe uma análise de como se dá essa permanência, pois entende que a mesma não está assegurada apenas em estruturas físicas bem adaptadas, mas também em recursos pedagógicos voltados para cada especificidade.

Impulsionando a inclusão social e educacional, a Lei 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua oficial do indivíduo surdo (Brasil, 2002). No Decreto n° 5.626/05 dispõe sobre a inclusão da Libras como componente curricular na formação das licenciaturas, como também a importância do intérprete de Libras (Brasil, 2005), o que demonstra que educação inclusiva está atrelada a ações que abrangem o planejamento e recursos para o incentivo à acessibilidade, a materiais didáticos e pedagógicos para o desenvolvimento de atividades na área do ensino, pesquisa e extensão.

Visando um processo de inclusão e permanência mais efetivo, com respaldo nos direitos legais, as IES possuem órgãos de regulamentação para acompanhar os estudantes com deficiência. Assim, podemos utilizar como exemplo o Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI) da UFRB, que tem como objetivo promover ações de apoio acadêmico para a permanência desses alunos.

O NUPI possui 296 discentes com deficiência, dos quais 23 são surdos. Como atribuições do monitor cabe cumprir carga horária pré-estabelecida em inscrição, além de relatórios mensais. Destaca-se a colaboração no acompanhamento do discente surdo, onde seus conhecimentos adquiridos auxiliarão o aluno surdo nas atividades desenvolvidas e nas aulas ministradas pelo docente para um rendimento acadêmico satisfatório. Observa-se o aumento de alunos apoiadores desde o Edital-27/2019 ao Edital-32/2023, onde também houve aumento de discentes surdos.

Para essas leis funcionarem é necessária uma capacitação dos docentes com uma formação continuada para um aprendizado significativo. Segundo Rocha (2009), é necessário um interesse dos docentes no desenvolvimento do discente surdo, também é relevante a capacitação e formação específica na Libras, desta forma haverá comunicação entre professor e aluno validando assim o processo de ensino-aprendizagem. Além do mais, há de se considerar as realidades socioculturais desses alunos, seu contexto familiar, sua formação no ensino básico e como está inserido na sociedade.

O processo de inclusão é desafiador e precisa ser revisto diariamente por toda sociedade, buscando assim uma forma de assegurar os direitos de todas as pessoas com deficiência que são “aquelas que possuem algum impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, pois possuem barreiras que as impeçam de uma participação de forma plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais indivíduos (Brasil, 2015). Desta forma, de acordo com a organização social, este indivíduo é excluído, e impossibilitado de participar de forma ativa da vida na sociedade. Assim, a deficiência não pode ser vista como um problema do indivíduo, e sim da sociedade, visto que, é ela que se faz incapaz de ajustar-se às adversidades.

Portanto, o modelo social de deficiência não é definido como uma desigualdade natural, e sim como uma opressão ao corpo que se diz “deficiente”, trazendo assim uma discussão da deficiência na concepção da medicina e conduzindo-a para uma discussão de ações políticas e de intervenção do Estado (Diniz, 2007).

Ao pesquisar sobre o acesso de estudantes com deficiência desde o ensino básico ao ensino superior, Ribeiro (2017) ressalta que a maioria desses estudantes não teve o acesso linguístico como os ouvintes e também deve-se levar em questão seu contexto social e familiar privado de uma comunicação e aprendizado que o prepare para o ingresso na universidade.

De acordo com Matos (2015), dentre as políticas públicas com objetivo de promover a inclusão com condições de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino superior (IFES), destaca-se o Programa Incluir onde, dentre suas ações, estão a adequação arquitetônica para a acessibilidade; aquisição de recursos de tecnologia assistiva para acessibilidade pedagó-

gica; aquisição e desenvolvimento de material pedagógico; adequação de mobiliário para acessibilidade (Brasil, 2013).

Assim, essas ações são importantes para proporcionar a permanência de estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior. Contudo, de acordo com Rocha e Miranda (2009), falar de inclusão na universidade vai muito além do âmbito legal, é preciso uma mudança profunda na maneira de ver a inclusão e de propor metodologias que transponha as barreiras que impedem ou limitam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência “proporcionando assim a construção do conhecimento, promovendo o respeito à diversidade, a convivência social e a formação para o exercício da cidadania” (Matos, 2015, p. 26).

Observa-se que existem avanços quando se fala de educação inclusiva. Destaca-se a educação bilíngue (EB) para surdos, traz como um dos seus objetivos uma educação socializada, “objetivando possibilitar o crescimento social, cognitivo, cultural e linguístico da pessoa surda, em que a língua de sinais seja a língua de instrução desse aluno” (Ribeiro, 2017, p. 34), mas essa forma de educação ainda está longe da realidade na educação brasileira, poucas são as cidades brasileiras que têm uma escola bilíngue. Assim, as instituições de ensino promovem, a acessibilidade através de ações que promovem para além do acesso, a permanência dos estudantes surdos.

A EB prioriza a língua de sinais, onde ela é a primeira língua (L1) da pessoa surda. A referida educação é essencial para o desenvolvimento cognitivo e social da criança surda, pois proporciona sua interação com o mundo. Além disso, só após ter o domínio da língua de sinais, é introduzido o português, oral e escrito. Do mesmo modo, a EB deve ser estruturada para garantir que estudantes surdos tenham fluência em ambas as línguas, mas ressaltando a importância da língua de sinais (Quadros, 2004). A EB não envolve apenas o ensino de duas línguas, trata-se também do respeito pela cultura surda, pois a língua de sinais é um direito linguístico e cultural dos surdos, e o bilinguismo é uma forma de garantir que a educação respeite e valorize a identidade surda (Strobel, 2008).

Skliar (2011) defende que a EB está dentro de uma abordagem de diferença linguística e cultural, o autor faz críticas aos modelos educacionais que não reconhecem a surdez como uma diferença linguística,

evidencia que a Libras é a L1 dos surdos, daí sua importância para uma plena integração na educação e na sociedade. Ainda segundo o autor, a língua portuguesa deverá ser ensinada em um contexto que busque respeitar as particularidades do estudante surdo, principalmente na forma escrita. Ele defende que essa educação deve pertencer a um movimento da educação inclusiva, porém é necessário se reconhecer as diferenças e singularidades do surdo.

Estratégias didáticas que favoreçam a permanência de estudantes surdos

Para que ocorra a permanência dos surdos na educação é preciso a ação de alguns fatores, como por exemplo, o uso de estratégias pedagógicas voltadas para o aprendizado do mesmo:

Estratégias pedagógicas são organizações de metodologias, atividades e recursos didáticos que favoreçam a aprendizagem do estudante surdo. Nessa perspectiva, entende-se que as estratégias pedagógicas dirigidas para o ensino de estudantes surdos devem envolver a utilização de diferentes modalidades de exames avaliativos, além da disponibilização de materiais/conteúdos pedagógicos, dentre outras estratégias que deverão favorecer a autonomia e participação do educando, de forma que a sua aprendizagem não fique comprometida (Ribeiro, 2017, p. 17).

De acordo com o conceito de Ribeiro (2017) para estratégias didáticas, compreende-se que o professor pode usar como metodologia diversos recursos como gravuras, mapas mentais, livros, fotos, murais e tecnologias voltadas para a cultura visual. Neste sentido, é necessário a construção de práticas educativas que valorizem o multiculturalismo, considerando a relação visual e linguística.

De acordo com Tacca (2006), estratégias pedagógicas são recursos relacionais que direcionam o docente para a criação de canais dialógicos, conhecendo as interações impostas pela unidade cognição-afeto. Para Bzuneck (2010) e Coll (1997), classifica como uma série de recursos e atividades que impulsionam a aprendizagem do estudante. Para mais, Ma-setto (2003) destaca que as estratégias são meios que podem favorecer o aprendizado do estudante.

Na educação inclusiva existem desafios para lecionar e questionamentos dos docentes com relação aos ingressantes surdos, como: qual material utilizar em sala de aula? Quais estratégias são mais significativas que proporcionará melhor aprendizagem para o surdo? Será que existe diferença no processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo oralizado e o surdo que sinaliza?

Não existe uma receita pronta de como se dá o ensino de um aluno surdo, é fundamental reconhecer sua diferença linguística e cultural, estabelecer uma ligação docente-discente atentando para as potencialidades de ambos. Desta forma, Cenatti (2012) orienta: conhecer o discente e suas diferenças linguísticas, históricas e culturais, assim possibilitará resolução de futuros problemas ou ocorrências imprevisíveis que possam ocorrer em sala de aula, podendo assim desenvolver capacidades e ações de lidar com elas; identificar as lacunas de aprendizagem e propor estratégias capazes de superar as dificuldades.

Com relação à permanência de estudantes surdos às instituições de ensino superior, (Ribeiro 2017) aponta para a Convenção da Guatemala (2001), por estabelecer que as pessoas com deficiência possuem direitos e liberdades iguais às demais pessoas, apresentando como discriminação todo ato de diferenciação que impeça o acesso aos direitos humanos.

Cabe aqui sublinhar o Decreto 5.296/2004 que regulamenta as Leis de acessibilidade 10.048 e 10.098/2000 para assegurar o acesso e reforçar o reconhecimento e a valorização das diferenças do ponto de vista da promoção da autonomia e da participação plena.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), através da Lei 13.005/2014, é a ampliação do acesso à educação em todos os níveis. Compreendendo os objetivos desta Lei, considerando que a pessoa surda está inserida nela, é importante fazer uma revisão das práticas pedagógicas desenvolvidas no nível superior de ensino, pois as dificuldades enfrentadas por esses discentes são muito grandes levando em consideração todo seu histórico de vida na sua escolarização.

Segundo Matos (2015), para Lev Vygotsky, o ensino e aprendizagem estão imbricados e ocorrem durante um processo contínuo na relação professor e aluno na construção do conhecimento, e não de forma

isolada. Assim, a prática docente vai além da transmissão de conhecimento, onde o professor é o detentor do conhecimento, e sim, o mediador do processo de ensino-aprendizagem, propondo o desenvolvimento de práticas pedagógicas que superem as necessidades e dificuldades e auxiliando na superação delas.

Ainda, de acordo com a autora, Lev Vygotsky descreve que o desenvolvimento humano ocorre numa reconstrução interna do indivíduo com o meio em que está inserido e, através das interações culturais, lhe são recriadas informações para sua aprendizagem. Destaca-se, então, a importância do contexto sócio-cultural no desenvolvimento humano e o quanto as experiências possibilitam uma transformação deste indivíduo.

A aprendizagem ocorre na interação professor e aluno, onde o professor, através da mediação, cria condições para o aprendizado deste aluno. A construção de novos saberes também se dá através da interação com os pares, compartilhando experiências já vivenciadas na prática cotidiana, pois o indivíduo traz consigo suas aprendizagens significativas que possibilitam assim a construção de novos conhecimentos.

A educação inclusiva é desafiadora e ter um estudante com deficiência matriculado no ensino regular requer desenvolver ações para garantir a participação desses alunos no processo de ensino e aprendizagem. Para o docente, a falta de conhecimento favorece as dificuldades e a insegurança de não saber como proceder e quais recursos e metodologias usar ao ministrar suas aulas. Destaca-se então, o papel no NUPI que, mediante uma comunicação prévia e adequada, o docente poderá se informar, se preparar e buscar suportes e estratégias necessárias para adequar sua prática e assim ter sucesso na aprendizagem de todos em sala de aula. Matos (2015), traz a reflexão de Santos (2009) quando se trata de práticas inclusivas onde segundo a autora, os docentes das IES não acreditam que o aluno com deficiência seja capaz de aprender a profissão e de concluir com sucesso sua graduação.

A prática docente tem papel importante no processo de aprendizagem do estudante com deficiência, impacta na sua trajetória e consequentemente em sua permanência. Ainda segundo Matos (2015), para que haja uma educação inclusiva, o docente precisa levar em conta algumas estraté-

gias como: tempo diferenciado para o estudante onde favorece uma avaliação mais apropriada e diversificada, recursos didáticos adaptados para que ocorra uma aprendizagem mais eficiente e uma metodologia diferenciada.

Além da importância didática do docente, destaca-se a atuação do Tradutor Intérprete de Libras-Língua Portuguesa (TILS). Profissão antes vista como um trabalho voluntário que auxiliava no acesso linguístico do aluno surdo, na convivência e interação com outros alunos, professores e toda comunidade acadêmica, hoje foi regulamentada pela Lei 12.319/2010, passando a ser reconhecidos e exercendo um papel importante no processo de permanência dos estudantes surdos.

Atuação do estudante apoiador para a permanência de estudante surdo

É importante o debate sobre a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior, e a cada dia, aumenta a procura desses estudantes nas graduações. De acordo com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFRB (UFRB, 2022), as políticas de inclusão como as Leis de cotas (Lei 13409/2016) com base nos dados estatísticos do último censo do IBGE traz o conceito de deficiência aplicada pela Convenção de Washington, onde a Bahia representa 8% e a Resolução CONAC (08/2019) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) inclui esse público como beneficiários possibilitando também o maior ingresso destes na Instituição. Contudo, alguns cursos ofertados na referida instituição têm sido de forma reduzida, assim as vagas destinadas para esses alunos com deficiência nunca seriam aplicadas.

Desta forma, a UFRB, através da Resolução CONAC (08/2019), passou a garantir vaga para esses estudantes com deficiência, independentemente de sua renda, etnia, nível administrativo escolar (privado ou público).

Para a permanência desses discentes com deficiência são necessárias ações consolidadas em Leis como: Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) e expressa nas políticas institucionais estabelecidas pela Resolução CONAC n° 040/2013 e pela Resolução CONAC n° 004/2018- Regulamento do Ensino de Graduação (REG), onde traz como ações de permanência: o acadêmico-estudante apoiador; a disponibilização de profissionais; auxílio financeiro e orientação ao colegiado (UFRB, 2022).

Além desses normativos legais anteriormente citados que se traduzem em políticas que possibilitaram ao surdo o acesso à Educação Superior, Ribeiro (2017) referencia ações da comunidade surda, a exemplo do documento “A Educação que Nós Surdos Queremos” -UFBA/2006, construído com o apoio da Dra. Nídia Limeira de Sá¹, com o objetivo de analisar, discutir e oferecer propostas que tornem a inclusão viável, principalmente a partir da ótica do surdo. Dentre as demandas dos surdos, destacam-se as sistematizadas no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Demandas dos surdos no processo educacional.

ASPECTOS	REIVINDICAÇÕES NA ÓTICA DOS SURDOS
Políticas educacionais para surdos	<ul style="list-style-type: none"> *Promover a conscientização sobre questões referentes aos surdos. *Propor iniciativas visando impedir preconceitos contra surdos. * Criar cursos noturnos para jovens e adultos surdos no ensino superior. * Assegurar ao surdo o direito de receber os mesmos conteúdos que os ouvintes através de comunicação visual, seja por língua de sinais, língua portuguesa, e outras línguas no que tange à escrita, leitura e gramática. * Respeitar a decisão do surdo em usar, ou não, aparelho de audição.
Professor ouvinte e professor surdo	<ul style="list-style-type: none"> * Garantir que as relações entre professores surdos e professores ouvintes sejam igualitárias. * Garantir a formação (aprendizado da Libras) e atualização dos professores ouvintes de surdos de modo a assegurar qualidade educacional.
Educação Superior	<ul style="list-style-type: none"> *Garantir a existência de intérpretes contratados pela universidade, assegurando ao surdo condições semelhantes aos seus colegas ouvintes. * Lutar para que a comunidade acadêmica reconheça a diferença linguística e as experiências culturais do sujeito surdo. * Observar que o pesquisador surdo precisa manter parceria com o pesquisador ouvinte. * Assegurar que seja respeitada a autoria do pesquisador surdo.

Fonte: Documento “A Educação que Nós Surdos Queremos” (Centro de Surdos da Bahia-CESBA). Citado por Ribeiro (2017, p. 43).

Observa-se que as reivindicações dos educandos surdos, pautam-se, sobretudo, em reconhecer as suas especificidades como princípio básico para o exercício da prática docente.

As ações de permanência da instituição aqui referida se dão através do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI), criado em setembro de 2011 através da portaria 462/2011 e tem como objetivo assessorar os Centros de Ensino e colegiados na efetivação de ações que assegurem as condições de

1. Mãe de surda, psicóloga, mestre e doutora em Educação, coordenadora do Espaço Universitário de Estudos Surdos (EU-SURDO). Tem reconhecidas obras dedicadas às pesquisas sobre a surdez e os surdos.

acessibilidade e atendimento adequado aos estudantes com alguma deficiência ou que possua necessidades educacionais específicas.

Destacamos dentre as ações oferecidas pelo NUPI, a do estudante apoiador, onde eu² estou inserida. O programa Estudante Apoiador é garantido através da Resolução CONAC/040/2013. A seleção é feita através de inscrição no edital da Instituição de ensino lançado pelo NUPI, podendo ocorrer semestralmente ou quando houver demanda. Esses estudantes são divididos em bolsistas e voluntários com carga horária semanal de 10 ou 20 horas. No momento da seleção, o núcleo dá preferência a selecionar estudantes que façam parte do mesmo curso que o estudante com deficiência. O estudante deverá ter alguns pré-requisitos como índice acadêmico mínimo de 6, disponibilidade de tempo e não ter acúmulo de bolsa.

Compete a ele adaptar o material pedagógico, auxiliar em atividades acadêmicas, traduzir materiais para a Libras, transcrever ou ler o material, auxiliar nas avaliações, auxiliar na locomoção, organização de rotina acadêmica e acompanhar nas atividades em sala de aula. Outra função desse estudante, embora não esteja pré-estabelecido pelo NUPI, é promover a comunicação entre o estudante apoiado e o docente do componente curricular, onde esse diálogo propõe estratégias de aprendizagem, adaptações de materiais, adequação de atividades e avaliações.

Durante o ano de 2023, atuaram 42 estudantes bolsistas com apoio pedagógico para 42 estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas. De acordo com o NUPI, alguns estudantes não utilizam o acompanhamento do estudante apoiador e a autonomia de todos é respeitada, como também não é imposta nenhum serviço aos discentes, o estudante fica à vontade para requerer o apoio necessário.

Assim, o aluno apoiador, junto com a instituição de ensino, viabiliza políticas que garantam igualdade de oportunidades, considerando assim as diferenças, proporcionando uma melhor convivência e bom desempenho na formação desse aluno com necessidades educacionais específicas. Sendo assim, o principal objetivo desse discente é criar práticas que possibilitem a inclusão e a permanência do estudante com deficiência nos cursos que ele escolher.

2. Nesse momento opta-se pela 1ª pessoa do singular, haja vista, uma das autoras estar narrando a sua implicação com a temática.

Considerações finais

Esta investigação se propôs a analisar desafios e estratégias para a inclusão de estudantes surdos na educação superior, além do papel do estudante apoiador e das políticas institucionais para a permanência dos educandos surdos.

Consoante com um dos objetivos da pesquisa de refletir sobre a permanência desses estudantes, observou-se que na Instituição de Ensino Superior pesquisada já são desenvolvidas ações que possibilitam uma inclusão mais eficaz para os estudantes surdos, a exemplo de disponibilidade de recursos digitais e financeiros, intérpretes de Libras e estudante apoiador/monitor para auxiliar nos estudos e proporcionar mais autonomia.

Para além dos textos institucionais, a UFRB criou em sua estrutura o Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI/PROGRAD) e o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência, os quais, respectivamente, acompanham e fiscalizam as políticas inclusivas desenvolvidas pela instituição. A UFRB tem também desenvolvido outras ações que sinalizam para o seu compromisso com a inclusão, a exemplo de promoção de cursos de formação do pessoal docente e técnico e de disponibilização de recursos de Tecnologia Assistiva e de monitores que acompanham os estudantes com deficiência em casos de necessidade, possibilitando, assim, condições necessárias para a inclusão e permanência dos mesmos.

Muito embora se reconheçam esses avanços, a análise de relatórios da instituição, citados no decorrer do trabalho, apontam para a necessidade do desenvolvimento de ações político pedagógicas institucionalizadas para o favorecimento de uma educação inclusiva, com foco também nas estratégias pedagógicas para surdos, pois garante a aprendizagem plena torna-se fundamental para o processo de permanência.

Assim, conclui-se que apenas o acesso de estudantes surdos nas Instituições de Ensino Superior não é o suficiente para garantir sua permanência e conclusão no curso de graduação desejado. As estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes, a convivência com os pares, a empatia, o uso de tecnologias assistivas e ações institucionais pautadas em políticas públicas auxiliam na promoção dessa permanência.

Que esse trabalho sirva de motivação para novas pesquisas e que a sociedade compreenda que não é o surdo que precisa aprender a língua do ouvinte e sim, somos nós que precisamos aprender a nos comunicarmos com ele através de sua língua.

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BZUNECK, José. A. Como motivar os alunos: sugestões e práticas. In: BORUCHOVIT-CH, Evandra.; BZUNECK, José. A.; GUIMARÃES, Solange. E. R. (Org.). *Motivação para aprender*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 13-42.
- COLL, C. *O construtivismo na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.
- CONVENÇÃO DE GUATEMALA. Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala, 1999. Ratificada pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 9 out. 2001.
- DINIZ, Debora. *O que é deficiência*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- MASETTO, M. T. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.
- MATOS, Aline P. da S. *Práticas pedagógicas para a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior: um estudo na UFRB*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- RIBEIRO, Sátilla S. *Estratégias pedagógicas para a permanência de estudantes surdos na Educação Superior*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ROCHA, Telma. B.; MIRANDA, Theresinha. G. *A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência*. In: DIÁZ, F.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. (Org.). *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 27-37.

SILVA, Patrícia R. da. *Estratégias metodológicas para o ensino de língua portuguesa para surdos: uma revisão bibliográfica*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª língua para Surdos) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

TACCA, M. C. V. R. *Aprendizagem e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Alínea, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD). *Relatório de Gestão Pró-Reitoria de Graduação de 2022*. Cruz das Almas, 2022.